

Sol e chuva no horizonte

ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA

Não bastasse a inquietude interna resultante das graves turbulências econômicas e políticas ocorridas nos últimos 30 dias, ainda teremos que enfrentar a curto prazo uma dura rodada de negociação da dívida externa brasileira, cujo resultado será decisivo para assegurar o contínuo crescimento econômico do Brasil nos próximos anos. Eis, porém, que surge a nova equipe econômica liderada pelo novo Ministro da Fazenda, Professor Bresser Pereira, apresentando um discurso realista e pragmático no tocante aos temas de dívida externa e comércio exterior, renovando esperanças de se evitar uma ruptura ou um impasse nas negociações com os credores.

Por outro lado, os resultados no setor externo serão também dependentes de variáveis exógenas que poderão influenciar de forma positiva ou negativa o nosso desempenho, seja no campo do comércio exterior seja no tocante ao serviço da dívida externa. Infelizmente para nós aparecem sinais de alerta em duas variáveis fundamentais: o preço do petróleo e a taxa de juros internacionais.

A grosso modo, as importações de petróleo este ano deverão consumir adicionalmente a 1986 cerca de US\$ 1,5 bilhão, isto se os preços não evoluírem a um patamar

mais elevado ainda durante o segundo semestre, como prevêem alguns analistas. Uma agressiva política de contrapartida comercial poderia ser restabelecida pela Petrobrás e "tradings" brasileiras junto aos países produtores de petróleo, de forma a minimizar os riscos de desequilíbrio cambial na conta petróleo, garantindo o fluxo de suprimento ao mercado brasileiro e promovendo a exportação de manufaturados para mercados pioneiros.

Quanto à taxa de juros externa, observamos também uma inquietante elevação da Libor e da "prime rate", sinalizando uma combinação perigosa do aumento da inflação americana e dos juros reais cobrados no mercado financeiro internacional. A dívida externa pede soluções ousadas e corajosas, que ao mesmo tempo recuperem a confiança e o diálogo construtivo junto aos credores. A imediata regulamentação do esquema de conversão de dívida em capital de risco poderia ser uma primeira resposta nessa direção, especialmente se forem estimulados novos projetos ou a expansão de projetos existentes, com ênfase na geração de empregos e de exportações. Mesmo que de alcance parcial, este mecanismo poderia representar não só um fator de desenvolvimento econômico como também de gradual redução do valor do principal da dívida externa brasileira.

É preciso finalmente que a nova equipe econômica adote uma postura liberalizante, reduzindo o grau de intervenção do Estado na economia, e com isso tornando as forças de mercado mais homogêneas e conhecidas. Certamente este conceito vale para a política cambial, e para o excessivo controle administrativo das importações, entre outros. As experiências vividas em passado recente, e até no atual momento, ensinam que quanto maior o controle governamental, maiores as distorções na economia, que resultam em fraude, sonegação, corrupção e tantos outros efeitos nocivos à sociedade brasileira.

A gradativa liberalização e modernização da política cambial brasileira poderia sem dúvida eliminar as atuais distorções e garantir um crescimento equilibrado de exportações e importações, gerando o necessário superávit de US\$ 8 bilhões por ano. Após meses de imobilismo e desânimo no setor exportador, aí está uma oportunidade concreta para o Brasil ocupar o papel de destaque que certamente lhe cabe no mercado internacional e reduzir definitivamente o grau de vulnerabilidade econômica resultante da crise da dívida externa.

Roberto Giannetti da Fonseca é economista e Vice-Presidente da Cotte Trading e da Associação Brasileira de Empresas Comerciais Exportadoras
